

# **Vozes que gritam em um Brasil que não quer ouvir: uma análise da literatura como forma de enfrentamento social da etnia negra**

Patrícia Maria dos Santos Santana<sup>1</sup>

“Piedade não é o que quero.  
Eu quero coisa melhor.  
Eu não quero mais viver  
no porão da sociedade.”

*Protesto de Carlos de Assunção*

## **Resumo**

O objetivo do presente artigo é analisar a forma pela qual a literatura pode se transformar em uma importante arma de combate ao preconceito social nas mãos de escritores engajados politicamente no processo desse enfrentamento.

**Palavras-chave:** Literature. Dark-skinned people. Prejudice. Brazilian culture.

A epígrafe citada refere-se a um poema escrito em 1956 pelo poeta negro Carlos de Assunção e que foi publicado no periódico *Cadernos Negro,s* no ano de 1982. Uma sensação amarga se faz presente no momento que observamos que o tempo passa e os pensamentos que se tem sobre os negros ou as oportunidades oferecidas a esse grupo pouco mudam perante a sociedade brasileira. É indiscutível a importância do mencionado grupo étnico na formação de nossa sociedade. Todavia, acreditamos que cairíamos no lugar comum se apenas nos atentássemos a mostrar a influência da cultura negra no Brasil de forma simples, sinalizando somente as contribuições dadas e sem tecer maiores considerações sobre o peso negativo que a raça branca dominante lhe atribuiu. O presente trabalho se enveredará pela estrada da importância do negro em nossa sociedade, considerando a literatura como força de expressão e correlacionando tal força com os pensamentos

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela UFRJ, pós-graduada em Docência do Ensino Superior e em Língua Inglesa pela UCAM e mestranda em Letras e Ciências Humanas pela UNIGRANRIO.

que se formam no imaginário cultural brasileiro, encharcado de preconceito e dissimulação, para uma melhor análise da questão racial no país.

Em diversos momentos, ao explicar o perfil do povo brasileiro, muitos historiadores recorreram a uma análise das raças para se chegar em como somos ou agimos. Devido a essas pesquisas do passado, subentende-se até hoje que os pontos positivos do homem brasileiro se devem ao fato da colonização portuguesa branca e dominante, baseada na crença de uma cultura eurocêntrica como superior e melhor que quaisquer outras culturas. No Brasil, ao negro e ao indígena cabem as responsabilidades pela formação de um povo brasileiro considerado saliente, feio, inculto, preguiçoso, malandro, com claras inclinações para o mal... Muitos acreditam que, para obtermos o caráter de um povo, devemos analisar seu meio e a sua evolução histórica. Existe uma complexidade no caráter coletivo, como pontua Fernando de Azevedo em sua obra *A Cultura Brasileira* (1996), mas que existe na formação de qualquer povo. Tal complexidade deve ser baseada em diversos fatores e não se resumir basicamente a uma análise racial dos povos que formaram a civilização de determinado lugar. Realmente, o predomínio do afetivo, do irracional e do místico dará a chave do caráter brasileiro e muito se atribui essa felicidade para se acreditar em tudo devido às contribuições dos negros e dos índios em face de nossa formação plural relacionada às crenças e religiões desses povos. Esse pensamento está intimamente relacionado a um determinismo biológico que procura ser desmistificado quando Miranda Reis (1996) cita que a crença grosseira e elementar, as crenças em forças desconhecidas e mágicas, o sentimento do acaso e as superstições em geral não são resíduos culturais do índio ou do negro, mas sinalizam:

[...] um fator universal verificável em todas as camadas populares de qualquer país e que nada tem a ver com raça ou com o sangue, mas resulta do predomínio das atividades afetivas sobre a razão, aí onde a ciência não fornece a esta última os meios de defesa (REIS apud AZEVEDO, 1996, p. 228).

Esse predomínio das atividades afetivas sobre a razão, muitas vezes postulado como um jeito papalvo de viver e julgado de forma pejorativa no conjunto social nos é mostrado como uma prática comum do ser humano em si e não como fator inerente a determinadas raças.

Apesar de o povo indígena também ser tratado como um povo inferior, Gilberto Freyre (1943) aponta de forma curiosa que o brasileiro apresenta o orgulho de ter a origem indígena, mas não apresenta o mesmo orgulho pela origem negra. Enquanto o caboclo se orgulha de seu passado, o mulato tenta esconder ou dissimular sua origem. Esta é uma atitude estranha em se tratando de dois povos que sofreram o mesmo tipo de opressão pela raça branca. Porém, isso pode tentar ser explicado através da organização da nossa sociedade e de nossas mentes. Azevedo (1996, p. 125) mostra que “o dinamismo de nossa história vem do campo; e do campo, as bases em que se assenta a estabilidade de nossa sociedade”. Em outras sociedades, o que determinou a organização social em si foi o urbanismo. Em nossa sociedade, foi o campo que determinou a nossa organização e, com isso, determinou também certa relação de servidão do negro que nunca se desvencilhou da sua condição de escravo e de ser “inferior”.

A Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, deveria ter sido uma proposta de igualdade, um apelo para o respeito no meio de diversas mudanças que no íntimo eram todas mascaradas. A começar pela Lei do Ventre Livre (1871) que declarava livres os filhos das escravas, denominados *ingênuos*, na verdade, mantinha tudo como antes, apenas dando a possibilidade de os senhores se livrarem dos escravos nascidos com deficiência física, entregando-os ao Governo. A Lei do Sexagenário (1887) também pouco adiantou para o povo escravo, pois os poucos escravos que atingiam a idade de 65 anos, uma vez livres, tinham que disputar trabalho com os imigrantes europeus que aqui chegaram. A própria Lei Áurea fez com que os negros libertos ficassem largados sem ter o que fazer: sem moradias e não podendo viver nas ruas, foram forçados a habitar lugares distantes ou nunca antes habitados, como os morros, por exemplo. Com isso, também existem certos pensamentos preconceituosos que estão intimamente relacionados ao povo escravo. Trabalhar na terra, por exemplo, tornou-se um trabalho visto como mecânico e criou-se daí um desamor do brasileiro por qualquer tipo de trabalho que no imaginário popular estivesse relacionado à servidão. A superioridade estava marcada por se fazer servir e não por servir. Essa mentalidade vigora até hoje, ficando o poder relacionado ao máximo conforto e ao mínimo esforço.

De acordo com Renato Ortiz (2006), a sociologia e a etnologia no Brasil surgem a partir da década de 1930 com historiadores e pesquisadores sociais que procuram modelar uma representação mais precisa da nossa formação como povo, à luz de documentos. Muitos dados levantados na época refletem a mentalidade racista que estava impregnada em nossa sociedade. Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues e Euclides da Cunha foram os primeiros a desenvolverem um estudo de caráter racista (o termo racista é um termo mais atual) onde é atribuída ao indivíduo negro toda a mazela social. Cada um desses historiadores, a seu modo, analisa a mistura racial de forma muito negativa. Essa *intelligentsia* brasileira do início de século XX procurou definir a superioridade dos povos ou a inferioridade deles através do Positivismo de Comte, do Darwinismo social e do Evolucionismo de Spencer. Com isso, muitos absurdos foram abordados. Nina Rodrigues talvez tenha sido o mais fervoroso representante desse processo discriminatório. Por ser médico, desenvolveu teorias que tomam por base um estudo biológico das raças. Acreditava que a partir do momento que o negro passa a se constituir como elemento da sociedade civil, cria-se um grande perigo de contaminação física e cultural à raça branca. Criticou veemente a condição de igualdade no Código Penal Brasileiro por acreditar que raças tão distintas e diferentes não poderiam ser julgadas da mesma maneira. Para Nina Rodrigues, o critério racial era fator importante para analisar desvios de comportamento como a criminalidade, a revolta, a histeria... sempre tomando por base a inferioridade da raça negra devido à sua herança biológica. Por sua vez, Silvio Romero acreditava que o Brasil só teria um futuro positivo através da mestiçagem entre brancos e negros, uma vez que o cruzamento das duas raças levaria gradualmente ao “branqueamento” da sociedade em alguns anos. Outra oportunidade que viam para o “branqueamento” da sociedade se dava com a massiva imigração europeia (e secundariamente japonesa). Esse ideal de “branqueamento” foi o responsável por criar raízes profundas na nossa sociedade que, segundo Hasenbalg (1996), levou o próprio negro a se negar, ou seja, levou o negro ao desprezo pela própria cor e ao desejo de ser mais claro.

O trecho abaixo é parte do discurso feito por João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional, no I Congresso Universal de Raças realizado em Londres em 1911:

No Brasil já se viram filhos de méfis apresentarem, na terceira geração, todos os caracteres físicos da raça branca [...]. Alguns retêm uns poucos traços da sua ascendência negra por influência do atavismo [...], mas a influência da seleção sexual tende a neutralizar a do atavismo e remover dos descendentes dos méfis todos os traços da raça negra. Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais de um século os méfis tenham desaparecido do Brasil. Isso coincidirá com a extinção da raça negra em nosso meio. (apud SKIDMORE, 1976, p. 83).

Felizmente, nada disso ocorreu, porém o negro já assumiu uma posição na sociedade civil em total desigualdade. E Ortiz (2006) afirma em sua obra que a desigualdade social foi construída em cima da desigualdade racial. Um reflexo do discurso ideológico legitimador que dita que a cor emblemática da ascensão social é a branca e a cor do fracasso e da exclusão é a cor negra.

O crítico literário Antônio Cândido (2006) menciona que, por meio da literatura, podemos entender melhor o mundo que nos cerca, observando texto e contexto em toda e qualquer obra como uma fusão, um reflexo social. Por sua vez, Azevedo (1996, p. 125) pontua que a literatura foi o elemento mais expressivo de nossa cultura: o que começou como um mero entretenimento da classe rica transformou-se em um forte movimento, uma espécie de testemunho que interage com uma época, manifesta as tendências do país e revela a mentalidade de uma sociedade.

Esse complexo problema relacionado aos negros no Brasil também pode ser estudado através da literatura. No Romantismo, a questão patriótica entra em jogo fazendo uma revisão de nossos antepassados. Todavia, os nossos escritores ainda estavam contaminados pelas raízes ideológicas europeias em função da dita superioridade da raça branca. Com isso, os escritores das duas primeiras fases do Romantismo eliminaram os negros da galeria de antepassados da nação brasileira, deixando essa honra somente aos índios, por mais que essa visão indígena fosse heróica e deturpada. Foi na fase condoreira do Romantismo que o movimento abolicionista se desenhou no país, tendo em Castro Alves o pioneiro na luta pela reforma social, o denunciador das angústias de uma raça triste e oprimida. Aos poucos, os autores deixaram-se penetrar por esse interesse

humano pelo escravo, uma vez que a imaginação e a sensibilidade exacerbadas do Romantismo permitiram tal acontecimento. Tobias Barreto também merece destaque por sua obra. Seus poemas sobre a escravidão mostram um espírito combativo em uma sociedade injusta e preconceituosa. Apesar de sua importância, até hoje não recebeu o devido reconhecimento por sua obra, talvez por não ter se assumido como negro.

Ao publicar *Úrsula* em 1859, a autora Maria Firmina dos Reis usou o codinome “Uma Maranhense”, estratégia muito utilizada por mulheres naquela época por diversas razões, entre elas porque deviam ficar com mais liberdade para expressar suas ideias, sem se preocupar tanto com as opiniões da sociedade. No caso de Maria Firmina, as novas ideias não eram somente sobre a condição feminina, mas também sobre a condição do negro. Apesar de muitos historiadores não admitirem, o romance *Úrsula* é pioneiro em muitos aspectos: é o primeiro romance abolicionista do Brasil, é o primeiro romance de autoria afrodescendente e é o primeiro romance escrito por uma mulher. Túlio, o jovem escravo, tem um papel fundamental na narrativa, uma vez que é ele quem salva o mocinho, Tancredo, e o leva até a donzela, Úrsula. O mais importante é que, por intermédio dele, o narrador vai construir uma imagem do homem negro diferente da que se tinha na época, até mesmo em obras literárias que se pretendiam abolicionistas: na construção desse personagem, está presente a ruptura da conotação negativa que se dava ao negro na época. Túlio é o símbolo da exaltação à raça negra.

Sobre a literatura afrodescendente e, especialmente, sobre a não aceitação da importância da literatura de determinados autores como Maria Firmina dos Reis, citamos a professora e pesquisadora Luiza Lobo:

[...] a cultura brasileira é esquizofrênica, posto que parte de nós convive com as linhas teóricas européias e do Primeiro Mundo, e parte convive com um legado cultural oral, africano, musical, distante da literatura e das teorias eruditas. É preciso captar este outro lado, este outro da cultura brasileira [...]. Não é um esforço paternalista no sentido de debruçar-se sobre o outro injustiçado, mas sim uma tentativa de compreender todas as manifestações literárias na sua globalidade (LOBO, 2007, p. 16).

Por sua vez, o livro *A Escrava Isaura* (1875) de Bernardo Guimarães, apesar de escrito em plena campanha abolicionista, não é um livro que se preocupa em mostrar as agruras do povo escravo. Guimarães coloca na boca de alguns personagens, como Álvaro e seus amigos, estudantes no Recife, algumas frases abolicionistas, mas parece tomar bastante cuidado em não provocar a fúria dos seus leitores conservadores. Está mais preocupado em contar as perseguições do senhor cruel à escrava virtuosa e, assim, conquistar a simpatia do leitor. O autor faz questão de ressaltar exaustivamente a beleza branca e pura de Isaura, que não denunciava a sua condição de escrava porque não portava nenhum traço africano, era educada e nada havia nela que “denunciasse a abjeção do escravo”. Parece uma escolha preconceituosa e contraditória contar as dores da escravidão por intermédio de uma escrava branca. É um livro que não se entrega à defesa do negro.

O movimento antirromântico, o Naturalismo, penetrou na sociedade com a proposta de mostrar o seu quadro fiel. Se antes o Romantismo passava por um processo de idealização das condições devido ao elevado índice de sensibilidade pelo qual era tomado, o Naturalismo prioriza as relações sem disfarces. Em Aloísio Azevedo com *O Mulato* (1881), temos o primeiro romance naturalista no Brasil. Aludimos aqui ao próprio título da obra, não nomeada em vão. Embora não seja uma autobiografia, no livro está presente muito da vida do escritor, sua interpretação da existência e o enfoque da experiência vivida em sua terra natal. Aloísio Azevedo em *O Cortiço* (1890) mostra, como reflexo da superioridade branca, a mulata Rita Baiana preterindo o capoeirista mulato Firmo para ficar com o branco português Jerônimo. Em *Casa de Pensão* (1884), também do autor, o herói degenerado e perverso era fruto da lascívia das mucamas negras que o perverteram na infância e na adolescência. Era o negro servindo como influência negativa para o pobre jovem branco. As explicações de seus livros se baseavam inteiramente no determinismo racial ou biológico impregnado na sociedade brasileira da época e, com isso, os negros aparecem nas obras de forma negativa e animalésca. O autor não concordava com nada disso, mas usava todas essas situações como espécie de voz, ou seja, como forma de crítica social.

Em 1909, o pré-modernista Lima Barreto escreve *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. A obra possui um tom autobiográfico e tem como temática o ra-

cismo da sociedade carioca. Isaías Caminha é um interiorano que decide ir ao Rio de Janeiro para cursar medicina e se tornar “doutor”. Na sua infância, Isaías era o melhor aluno da sala e se julgava muito inteligente. Sua mãe era uma mulata muito bonita e seu pai um sacerdote. O menino almejava a sabedoria do pai, um dos motivos que o leva para o Rio de Janeiro. Lima Barreto confessou que muitas vezes usou uma realidade brutal para retratar os acontecimentos na vida de Isaías, porém assumiu essa postura para ser fiel aos propósitos antirracistas que queria mostrar com a obra e também o preconceito velado que aqui existe.

Machado de Assis também merece destaque no presente estudo. Apesar de mulato, Machado nunca se apresentou como negro e nunca levantou a bandeira declarada da abolição em suas obras. Em relação ao abolicionismo, Roberto Schwarz (2000) coloca que Machado percebeu cedo que o fim do escravismo não traria liberdade verdadeira aos ex-escravos e que as velhas estruturas econômico-sociais sobreviveriam à abolição.

O movimento modernista que pregava a total valorização das nossas raízes mediante a fusão das três raças, estranhamente fez um resgate da figura do negro, dando-lhe o sentido de “objeto”. Devemos ressaltar que o mencionado movimento foi fruto de uma elite paulista e que, provavelmente, o discurso padrão deveria ser mesmo o segregativo discurso burguês. Ressaltamos aqui o posicionamento de Mário de Andrade, que mesmo sendo mulato, nunca admitiu a sua condição negra. O livro *Macunaíma* de 1928, apesar do tom paródico, em diversas passagens adere ao mito da superioridade da raça branca em detrimento das etnias negra e indígena, com uma clara atitude preconceituosa. A história do “herói sem nenhum caráter” poderia não ser vista pela ótica racista, considerando toda a sátira por trás da proposta do livro. Entretanto, o que mais causa espanto é a forma pela qual o negro é descrito ao longo da obra. *Macunaíma* é apresentado ao leitor da seguinte forma:

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo da Uraricoera que a índia tapamunhas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma. (ANDRADE, 1997, p. 5).



O livro narra uma história fantástica que procura mostrar o surgimento da civilização brasileira através da mistura do branco, do negro e do índio. Macunaíma é um ser indefinido que surge justamente do cruzamento das duas etnias desprivilegiadas em nossa cultura, ou seja, a negra e a índia, e que, por um “golpe de sorte”, consegue se tornar branco. O narrador de Mário de Andrade durante a passagem que narra o branqueamento do herói na água mágica que tira o “pretume” da pele de Macunaíma abusa do uso de um vocabulário grotesco para se referir à figura do negro. Quando Macunaíma se torna branco, seu irmão Jiguê rapidamente se lança na mesma água, mas o mesmo efeito não ocorre, uma vez que a água já estava “muito suja da negrura do herói”. O narrador acrescenta que Macunaíma teve dó do irmão Jiguê por ele ter continuado com o “pretume” da pele e, por isso, o consola. Estudiosos defendem que este é o posicionamento do escritor modernista. Todavia, o leitor negro ao ler *Macunaíma* fica chocado, sente-se ultrajado.

Entre os poetas negros com maior expressão recentemente, citamos os trabalhos de Carlos de Assunção, Solano Trindade e Jamu Minka. Os mencionados autores abordaram em seus poemas uma fortíssima identificação com a África e uma relação direta com Zumbi dos Palmares. Seus poemas estão muito relacionados com o despertar da consciência negra e com a valorização de sua cultura. O I Congresso do Negro Brasileiro, que aconteceu em 1950, e a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), em 1955, são passos importantes para a obtenção de uma consciência negra, visando deixar de lado a alienação do povo negro e mulato no país. A maioria dos membros do ISEB era formada por pensadores nacionalistas, entre eles Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Antonio Cândido, Ignácio Rangel... Teve também como colaboradores Celso Furtado e Gilberto Freyre. Entre seus alunos mais famosos inclui-se Abdias do Nascimento que é um intelectual de grande importância para refletir a questão do negro na sociedade brasileira. Nascimento acredita que o mais importante para o homem negro é ter ampla consciência de sua negritude. Na literatura, observamos que somente os escritores que se assumiram negros é que buscaram uma maior força combativa. Somente se o negro se conhecer, ou seja, se o negro conhecer o seu passado, é que ele poderá conseguir o respeito da parte do homem branco e da sociedade. As identidades precisam ser conservadas sempre. Dessa forma, e apenas assim, o negro conseguirá exterminar preconceitos enraizados e demasiadamente

camuflados que permeiam a sociedade brasileira da atualidade, lembrando a frase ressaltada ironicamente por Florestan Fernandes que diz : “o brasileiro tem o preconceito de não ter preconceito”.

## **Voices that cry out in Brazil which does not want to hear: an analysis of literature as a form of social confrontation of the black etnia**

### **Abstract**

The aim of this article is to analyse the way in which literature can be an important weapon to fight against prejudice in the hands of writers politically engaged in this combative process.

**Keywords:** Literatura. Negros. Preconceito. Cultura brasileira.

### **Referências**

- ANDRADE, M. *Macunaíma*. Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997. (Colección Archivos).
- ASSUNÇÃO, C. Protesto. In: \_\_\_\_\_. *Cadernos Negros: poemas*. São Paulo: Quilombhoje, 1982.
- AZEVEDO, F. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CANDIDO, A. *literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.
- FREIRE, G. *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943. (Coleção Estudos Brasileiros).

HASENBALG, C. A. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

LOBO, L. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

